



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

RELATÓRIO - PRE/DG/SGA/NUP

RELATÓRIO PREGÃO 26/2022

Instado a proceder a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, visando a aquisição e instalação de divisórias no Anexo III da Sede do TRE-BA, o Pregoeiro Oficial, observando o interstício legal de 08 (oito) dias úteis, fez publicar Aviso de Licitação na internet, nos sites do TRE-BA e Comprasnet e no Diário Oficial da União, respectivamente.

Aos 13 (treze) dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte dois, às 14h (horário de Brasília), o Pregoeiro Oficial, designado pela Portaria n.º 45/2020, procedeu à realização dos trabalhos relativos ao Pregão em epígrafe.

Após exame preliminar das propostas, os itens foram abertos para lances. Encerrada a fase competitiva e de aceitação das propostas, chegou-se ao seguinte resultado:

- A empresa C DIAS EIRELI restou como detentora da melhor proposta para o item 01;
- A empresa MOENDO COMERCIO E CONSTRUÇOES LTDA restou como detentora da melhor proposta para o item 02.
- A FS SERVICOS EIRELI apresentou a melhor proposta para o item 03.

Após tentativa frustrada de negociação para redução das ofertas, os itens foram aceitos por se encontrarem dentro do valor estimado para a contratação.

Vencida a fase de aceitação, passou-se à etapa de habilitação.

Analizada da documentação apresentada pela C DIAS EIRELI, verificou-se que (documento 1973457):

- A licitante apresentou declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- Apresentou declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

OBS. As declarações acima mencionadas foram apresentadas por meio do campo próprio no sistema, disponível quando do envio da proposta.

- A habilitação jurídica foi comprovada através de consulta ao SICAF, com validade até 17/04/2023.
- Os documentos de habilitação jurídica expressaram objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.
- A licitante apresentou prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com cadastro válido até 17/04/2023.

- Apresentou prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com validade até 29/06/2022.
- Apresentou prova de regularidade com a Fazenda Nacional, com validade até 19/09/2022.
- Apresentou prova de regularidade com a Fazenda Estadual, com validade até 25/06/2022.
- Apresentou certidão de regularidade trabalhista, com validade até 19/09/2022.

Para efeitos de habilitação, foram, ainda, realizadas as seguintes consultas:

- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidadeadm/consultar_requerido.php, em nome da empresa e do sócio majoritário;
- Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico: <http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>, em nome da empresa e do sócio majoritário;
- Sicafe, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93.

Nas consultas acima mencionadas não foram encontrados informações que impedissem a habilitação da licitante ao objeto do certame.

A C DIAS EIRELI foi declarada a vencedora do item 01.

Analisada da documentação apresentada pela MOENDO COMERCIO E CONSTRUÇÕES LTDA, verificou-se que (documento 1973459):

- Conforme se verifica na página 01 do documento 1973459, a empresa possui uma ocorrência impeditiva no SICAF em decorrência de punição sofrida por inexecução do contrato nº 13/2020 junto à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Entretanto, a suspensão, aplicada com base no inciso III, artigo 87 da lei 8666/93, tem abrangência restrita ao órgão sancionador, não impedindo a habilitação da MOENDO junto ao presente certame.
- A licitante apresentou declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- Apresentou declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

OBS. As declarações acima mencionadas foram apresentadas por meio do campo próprio no sistema, disponível quando do envio da proposta.

- A habilitação jurídica foi comprovada através de consulta ao SICAF, com validade até 12/06/2023.
- Os documentos de habilitação jurídica expressaram objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.
- A licitante apresentou prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com cadastro válido até 12/06/2023.
- Apresentou prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com validade até 23/06/2022.
- Apresentou prova de regularidade com a Fazenda Nacional, com validade até 10/07/2022.

- Apresentou prova de regularidade com a Fazenda Estadual, com validade até 18/07/2022.
- Apresentou certidão de regularidade trabalhista, com validade até 15/10/2022.

Para efeitos de habilitação, foram, ainda, realizadas as seguintes consultas:

- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidadeadm/consultar_requerido.php, em nome da empresa e do sócio majoritário;
- Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico: <http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>, em nome da empresa e do sócio majoritário;
- Sicaf, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93.

Nas consultas acima mencionadas não foram encontrados informações que impedissem a habilitação da licitante ao objeto do certame.

A MOENDO COMERCIO E CONSTRUCOES LTDA foi declarada a vencedora do item 02.

Analisada da documentação apresentada pela FS SERVICOS EIRELI, verificou-se que (1973460):

- A licitante apresentou declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- Apresentou declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

OBS. As declarações acima mencionadas foram apresentadas por meio do campo próprio no sistema, disponível quando do envio da proposta.

- A habilitação jurídica foi comprovada através de consulta ao SICAF, com validade até 23/08/2022.
- Os documentos de habilitação jurídica expressaram objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.
- A licitante apresentou prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com cadastro válido até 23/08/2022.
- Apresentou prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com validade até 30/06/2022.
- A licitante encontrava-se com a certidão de regularidade com a Fazenda Nacional vencida. Por se tratar de Microempresa, nos termos do item 11.16. do Edital, foi solicitado que a empresa enviasse, através de email, prova da referida quitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis. A diligência foi atendida no prazo estabelecido, com a FS SERVICOS EIRELI apresentando nova certidão com validade até 12/12/2022 (documento 1976217).
- Apresentou prova de regularidade com a Fazenda Estadual, com validade até 08/08/2022.
- Apresentou certidão de regularidade trabalhista, com validade até 15/08/2022.

Para efeitos de habilitação, foram, ainda, realizadas as seguintes consultas:

- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidadeadm/consultar

[requerido.php](#), em nome da empresa e do sócio majoritário;

- Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico: <http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>, em nome da empresa e do sócio majoritário;

- SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93.

Nas consultas acima mencionadas não foram encontrados informações que impedissem a habilitação da licitante ao objeto do certame.

A FS SERVICOS EIRELI foi declarada a vencedora do item 03.

Finalizado o prazo para registro de intenção de recorrer, não houve manifestação, sendo a sessão encerrada.

Os preços constantes das propostas foram registrados na Ata, que foi juntada ao processo através do documento nº 1973470.

É o Relatório, que ora submetemos à análise do Senhor Diretor-Geral deste Regional.

De ordem, à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Raul Almeida da Paz

Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **Raul Almeida da Paz, Chefe de Seção**, em 15/06/2022, às 13:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1976248** e o código CRC **08F0724C**.